

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Consumo e inflação por faixa de renda no Brasil

Estudos especiais do BNDES
77/2026

Rio de Janeiro
Julho 2026



Introdução

A inflação é usualmente medida por um índice agregado de preços e tem como uma de suas funções sintetizar a variação do custo de vida médio das famílias. Essa medida é indispensável para o acompanhamento da conjuntura e para a condução da política monetária, mas não esgota a experiência inflacionária dos diferentes grupos sociais. A incidência da inflação depende da estrutura de consumo de cada família, isto é, dos bens e serviços que compõem sua cesta e do peso que cada item assume no orçamento.

No Brasil, as diferenças entre as cestas de consumo ao longo da distribuição de renda são expressivas. As famílias de menor renda concentram parcela maior de suas despesas em alimentação no domicílio, energia elétrica, combustíveis domésticos, medicamentos e transporte público. Nos estratos superiores, por sua vez, ganham peso o veículo próprio, os planos de saúde, os serviços pessoais, a recreação e a alimentação fora do domicílio. Assim, uma mesma dinâmica de preços pode produzir impactos substantivamente distintos sobre o poder de compra das famílias de acordo com sua renda.

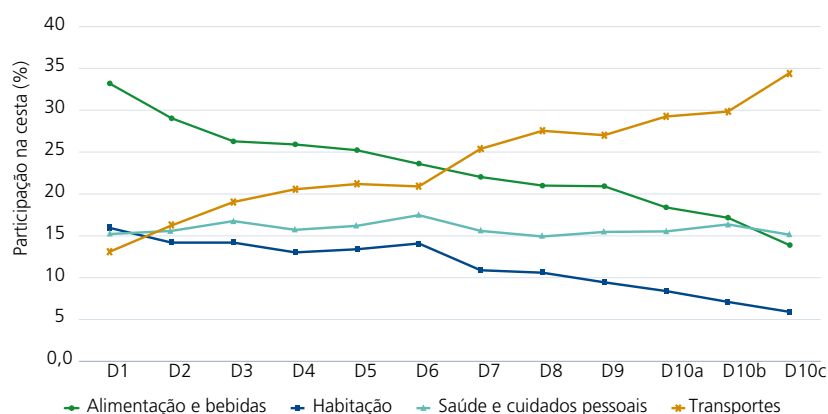
Este estudo utiliza as estruturas de consumo da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, associadas às variações de preços dos itens que compõem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para construir índices de inflação específicos por faixa de renda domiciliar *per capita*, além de empregar os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) para analisar a evolução da renda dos decis durante o período. O último decil foi decomposto em três subfaixas – decil mais rico (10a), 5% mais ricos (10b) e percentil mais rico (10c) –, de modo a capturar com maior precisão a heterogeneidade no topo da distribuição. A análise, que cobre o período de janeiro de 2012 a maio de 2026, mostra que a inflação acumulada alcançou 126,9% no primeiro decil e 110% no estrato mais alto da amostra – uma diferença de 16,9 pontos percentuais.

O resultado evidencia uma dimensão distributiva da inflação. Os ganhos reais de renda observados nos estratos inferiores foram relevantes no período, mas foram parcialmente reduzidos pela inflação, cuja incidência sobre sua cesta de consumo foi relativamente maior. O objetivo deste trabalho é qualificar esse diagnóstico, detalhando os mecanismos que ligam perfil de consumo, vulnerabilidade orçamentária e poder de compra.

Estrutura de consumo: cestas distintas ao longo da distribuição de renda

A POF revela uma estrutura de consumo marcadamente heterogênea. A participação de alimentação e bebidas passa de 33,2% da cesta no primeiro decil (D1) para 13,9% no estrato mais alto (D10c). Em sentido oposto, transportes sobem de 13,1% para 34,5%, movimento associado sobretudo à maior presença de despesas com veículo próprio (Gráfico 1). A participação da habitação também é significativamente mais elevada entre os mais pobres, enquanto a rubrica de saúde apresenta peso total semelhante nos extremos, mas com composição interna distinta.

GRÁFICO 1. PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS DE DESPESA NA CESTA DE CONSUMO POR FAIXA DE RENDA (%)



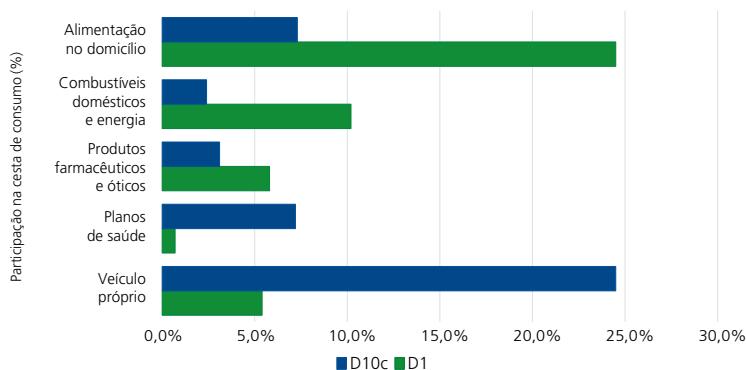
Fonte: Elaboração própria com base em POF 2017-2018 (IBGE, [2019?]).

Esse padrão impacta diretamente a exposição a choques de preços, uma vez que bens essenciais têm, em geral, menor elasticidade-preço da demanda e menor substituíbilidade do que bens e serviços consumidos pelos estratos superiores. Em consequência, choques de preços nos segmentos de bens essenciais tendem a se traduzir mais integralmente em variações no índice de inflação dos decis mais pobres, sem compensação por substituição entre produtos – um fenômeno que na literatura é denominado *inflation inequality* (Hobijn; Lagakos, 2005; Kaplan; Schulhofer-Wohl, 2017).

A composição interna das despesas e a vulnerabilidade orçamentária

A comparação dos grandes grupos de despesa é apenas o primeiro nível da análise. Mesmo dentro de cada grupo, os itens consumidos apresentam diferenças relevantes, centrais para compreender os efeitos distributivos de choques de preços. Alimentos no domicílio, gás de cozinha, energia elétrica e medicamentos tendem a exercer pressão proporcionalmente maior sobre os orçamentos de menor renda; planos de saúde, veículo próprio e serviços pessoais ganham relevância nos estratos mais elevados.

GRÁFICO 2. ITENS SELECIONADOS NA CESTA DE CONSUMO: COMPARAÇÃO ENTRE D1 E D10c (%)



Fonte: Elaboração própria com base em POF 2017-2018 (IBGE, [2019?]).

TABELA 1. COMPOSIÇÃO INTRAGRUPO DO CONSUMO POR FAIXA DE RENDA (% DE PARTICIPAÇÃO NA CESTA)

Grupo/ítem	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10a	D10b	D10c
Alimentação e bebidas	33,2%	29,1%	26,3%	25,9%	25,2%	23,6%	22,0%	21,0%	20,9%	18,4%	17,2%	13,9%
No domicílio	24,5%	20,8%	19,0%	18,3%	17,9%	16,6%	14,9%	13,8%	13,2%	10,7%	8,8%	7,3%
Fora do domicílio	8,7%	8,2%	7,3%	7,7%	7,3%	7,0%	7,1%	7,2%	7,8%	7,7%	8,4%	6,6%
Habitação	15,9%	14,2%	14,2%	13,0%	13,4%	14,1%	10,9%	10,6%	9,4%	8,4%	7,1%	5,9%
Aluguel e taxas	3,1%	3,1%	3,4%	3,0%	3,1%	3,2%	2,7%	2,4%	2,3%	2,2%	1,9%	2,3%
Combustíveis e energia	10,2%	9,2%	9,0%	7,9%	8,1%	8,2%	6,4%	5,9%	5,2%	4,2%	3,4%	2,4%
Saúde e cuidados pessoais	15,2%	15,6%	16,8%	15,7%	16,2%	17,5%	15,6%	14,9%	15,5%	15,5%	16,4%	15,1%
Produtos farmacêuticos e óticos	5,8%	5,9%	6,4%	5,7%	6,1%	7,6%	5,5%	5,0%	4,5%	4,0%	3,5%	3,1%
Plano de saúde	0,7%	0,6%	1,1%	1,4%	1,5%	2,0%	2,2%	3,1%	4,6%	5,8%	7,6%	7,2%
Higiene pessoal	7,4%	7,7%	7,0%	6,6%	6,0%	6,1%	5,5%	4,7%	4,1%	3,4%	2,7%	1,8%
Transportes	13,1%	16,2%	19,0%	20,6%	21,2%	20,9%	25,4%	27,6%	27,0%	29,3%	29,9%	34,5%
Veículo próprio	5,4%	7,5%	10,1%	10,9%	11,3%	10,0%	14,5%	17,1%	16,0%	18,0%	19,5%	24,5%
Combustíveis (veículos)	3,8%	4,9%	5,5%	5,7%	6,2%	7,5%	7,4%	7,7%	8,5%	8,0%	6,9%	6,6%

Fonte: Elaboração própria com base em POF 2017-2018 (BGE, [2019?]).

- Alimentação e habitação: A alimentação no domicílio representa 24,5% da cesta do primeiro decil e 7,3% da cesta do estrato superior. Na habitação, combustíveis domésticos e energia elétrica correspondem a 10,2% e 2,4 de cada cesta, respectivamente.
- Saúde: O peso agregado da saúde é próximo nos extremos da distribuição – 15,2% no primeiro decil e 15,1% no estrato superior –, mas nos estratos inferiores predominam produtos farmacêuticos e de higiene, enquanto nos superiores destacam-se os planos privados de saúde.
- Transportes: Veículo próprio responde por 5,4% da cesta do primeiro decil e por 24,5% no topo, tornando os estratos superiores mais expostos aos preços de combustíveis para veículos, manutenção e serviços associados.

A maior exposição dos estratos inferiores a despesas essenciais é agravada por uma menor margem de ajuste do orçamento. Segundo a POE, a razão entre consumo e renda domiciliar¹ decresce de 133,5% no primeiro decil para 26,7% no estrato mais alto (Tabela 2). A relação acima de 100% no primeiro decil não deve ser interpretada isoladamente como consumo permanente acima da renda, pois ela pode refletir endividamento, uso de poupança e limitações de mensuração próprias da pesquisa, como a presença de autoconsumo e escambo de produtos, especialmente em áreas rurais. Ainda assim, o gradiente observado é consistente com uma maior restrição de liquidez e uma menor capacidade de absorver choques temporários de preços entre as famílias de menor renda.

1 A razão entre consumo e renda apresentada nesta seção corresponde a uma propensão média a consumir, e não a uma propensão marginal. A propensão marginal exige medir a variação do consumo decorrente de uma variação adicional da renda.

TABELA 2. PROPENSÃO MÉDIA A CONSUMIR POR FAIXA DE RENDA (VALORES MENSAIS EM R\$)

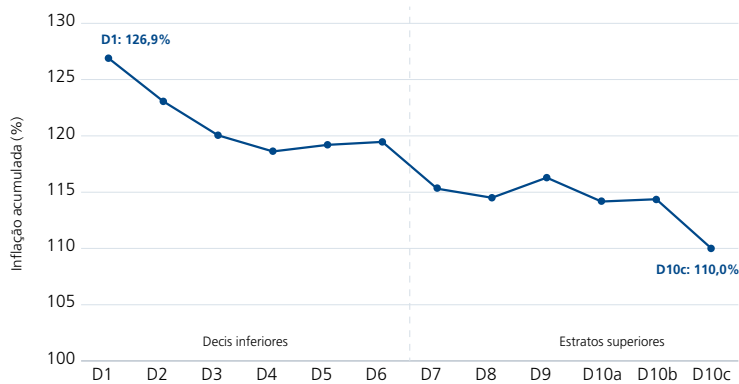
Faixa	Consumo domiciliar mensal (R\$)	Renda domiciliar total (R\$)	Propensão média a consumir
D1	1.083	811	1,33
D2	1.393	1.628	0,86
D3	1.598	2.011	0,79
D4	1.924	2.712	0,71
D5	1.758	3.085	0,57
D6	1.971	2.647	0,74
D7	2.566	4.109	0,62
D8	2.914	4.935	0,59
D9	3.673	6.885	0,53
D10a	4.973	10.792	0,46
D10b	7.252	18.828	0,39
D10c	10.111	37.814	0,27

Fonte: Elaboração própria com base em POF 2017-2018 (IBGE, [2019?]).

Inflação própria por faixa de renda: maior pressão sobre os estratos inferiores

Para estimar a inflação própria de cada faixa, foram aplicados pesos específicos de consumo aos preços dos itens do IPCA, mantendo fixa a cesta de referência. Esse procedimento permite isolar como as diferenças na composição do consumo alteram a incidência da inflação. No período entre janeiro de 2012 e maio de 2026, a inflação acumulada apresenta trajetória declinante ao longo da distribuição: de 126,9% no primeiro decil para 110% no estrato superior (Gráfico 3).

GRÁFICO 3. INFLAÇÃO ACUMULADA POR FAIXA DE RENDA, JANEIRO DE 2012 A MAIO DE 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com base em POF 2017-2018 (IBGE, [2019?]) e IPCA (IBGE, 2026a).

Em média simples, a inflação acumulada dos seis decis inferiores foi de 121,2%, ante 114,1% nos estratos superiores. A diferença não decorre de uma única rubrica, mas da combinação de itens com peso elevado nas cestas de menor renda e de variações de preço relevantes no período. Nesse cenário, alimentação, energia, combustíveis domésticos, produtos de higiene, medicamentos e transporte público tiveram papel mais destacado nas faixas inferiores (Tabela 3).

TABELA 3. ITENS COM MAIOR CONTRIBUIÇÃO PARA A INFLAÇÃO ACUMULADA NOS EXTREMOS DA DISTRIBUIÇÃO (%)

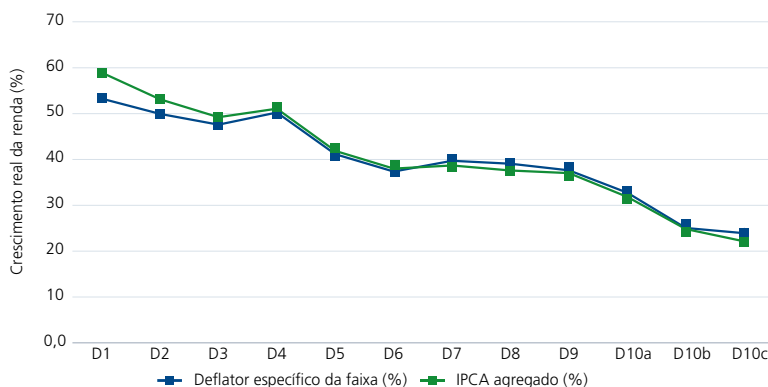
Posição	Primeiro decil (D1)	Estrato superior (D10c)
1	Alimentação fora do domicílio (9,8)	Veículo próprio (17,8)
2	Carnes (6,8)	Plano de saúde (11,2)
3	Higiene pessoal (6,7)	Alimentação fora do domicílio (8,1)
4	Energia elétrica residencial (6,4)	Serviços pessoais (7,2)
5	Combustíveis domésticos (5,6)	Recreação (6,9)

Fonte: Elaboração própria com base em POF 2017-2018 (IBGE, [2019?]) e IPCA (IBGE, 2026a).

Crescimento da renda e inflação: ganhos distributivos parcialmente atenuados

A diferenciação das cestas também importa para a mensuração do crescimento real da renda. Quando uma mesma trajetória nominal é deflacionada pelo índice específico de cada faixa, o resultado pode diferir daquele obtido com o IPCA agregado. Para o primeiro decil, a renda domiciliar real *per capita* avançou 53,2% com o deflator próprio e 58,9% com o IPCA agregado (Gráfico 4). A diferença de 5,7 pontos percentuais corresponde à parcela do ganho real que é superestimada ao se desconsiderar a inflação mais alta incidente sobre a cesta dos indivíduos com menor renda.

GRÁFICO 4. CRESCIMENTO DA RENDA DOMICILIAR REAL *PER CAPITA* POR FAIXA DE RENDA, COM DEFLATORES ALTERNATIVOS (%)



Fonte: Elaboração própria com base em Pnad Contínua (IBGE, 2026b), POF 2017-2018 (IBGE, [2019?]) e IPCA (IBGE, 2026a).

O padrão se repete, em intensidade decrescente, nos demais decis inferiores: as diferenças alcançam 3,2 pontos percentuais no segundo decil e 1,6 ponto no terceiro. Nos estratos superiores, ocorre o inverso: como a inflação própria é menor do que o IPCA agregado, o uso do índice médio subestima ligeiramente

o crescimento real da renda. Esse resultado não invalida os avanços distributivos registrados no período, mas mostra que sua magnitude deve ser interpretada à luz da inflação efetivamente enfrentada por cada grupo.²

Considerações finais

A evidência apresentada confirma a suposição de que a inflação não é neutra do ponto de vista distributivo. A cesta de consumo das famílias de menor renda concentra itens essenciais e pouco substituíveis no curto prazo, o que amplia a sensibilidade de seu poder de compra a choques em alimentos, energia, combustíveis domésticos, medicamentos e transporte público. Entre janeiro de 2012 e maio de 2026, essa composição resultou em uma inflação acumulada 16,9 pontos percentuais maior no primeiro decil do que no estrato superior da distribuição. Isso representa uma inflação anual média 0,6% superior.

O IPCA permanece como o indicador adequado para acompanhar a inflação agregada da economia e orientar o regime de metas de inflação. No entanto, o acompanhamento complementar de índices específicos por faixa de renda pode qualificar o diagnóstico conjuntural, sobretudo em episódios de choques de oferta e de mudanças pronunciadas nos preços relativos. Esse monitoramento ajuda a identificar de forma mais precisa os grupos com maior perda de poder de compra e contribui para calibrar políticas de proteção social.

A agenda de desenvolvimento também é parte da resposta estrutural ao problema. Investimentos que reduzam custos logísticos e perdas na cadeia de alimentos, ampliem a eficiência energética das residências, fortaleçam o transporte

2 O exercício compara trajetórias de renda nominais idênticas sob deflatores distintos. Ele não mede causalidade entre inflação e distribuição de renda, mas evidencia como diferentes estruturas de consumo alteram a leitura dos ganhos reais ao longo da distribuição.

público, aumentem a resiliência climática e ampliem o acesso a medicamentos podem diminuir a exposição dos segmentos mais vulneráveis a choques de preços. Estabilidade de preços, inclusão social e transformação produtiva, nesse sentido, são dimensões complementares de uma estratégia de desenvolvimento.

Em síntese, incorporar a heterogeneidade das cestas de consumo à análise da inflação oferece uma leitura mais completa do custo de vida no país. A inflação agregada informa a tendência geral dos preços, e a inflação própria revela como essa tendência se transforma, de maneira desigual, em bem-estar e poder de compra ao longo da distribuição de renda.

Nota metodológica

Os índices de inflação por faixa de renda foram construídos por um índice de Laspeyres de cesta fixa, combinando os pesos de despesas da POF 2017-2018 com as variações dos subitens do IPCA. Para cada faixa d , o índice pode ser representado por $I(d,t) = \sum [i] w(i,d) \times [P(i,t)/P(i,o)]$, em que $w(i,d)$ é o peso do item i na cesta da faixa d e $P(i,t)$ é seu preço no período t . A opção por pesos fixos permite identificar o efeito da composição da cesta, mas não captura substituições de consumo, alterações de qualidade, diferenças regionais ou mudanças posteriores na estrutura de despesas das famílias.

Referências

HOBijn, B.; LAGAKOS, D. Inflation inequality in the United States. *Review of Income and Wealth*, v. 51, n. 4, p. 581-606, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*. Principais resultados – maio de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>. Acesso em: 1º jul. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2017-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, [2019?]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pof-2017-2018.html>. Acesso em: 1º jul. 2026

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua*. Principais resultados – maio de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 1º jul. 2026.

KAPLAN, G.; SCHULHOFER-WOHL, S. Inflation at the household level. *Journal of Monetary Economics*, v. 91, p. 19-38, nov. 2017.

Editado pela Gerência de Editoração e Memória do
Departamento de Relacionamento da
Área de Relacionamento, Marketing e Cultura

